



Projeto Bambá e sua contribuição para visibilidade de mulheres quilombolas e a gestão de empreendimentos de economia solidária

POLIANNA DOS SANTOS FARIAS
LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA
SILVIA HELENA NOGUEIRA TURCO
VIVIANNI MARQUES LEITE DOS SANTOS
JÚLIO JOSÉ TORRES DOS SANTOS

Bambá Project and its contribution to
the visibility of quilombo women and the
management of solidarity economy enterprises

Projeto Bambá e sua contribuição para visibilidade de mulheres quilombolas e a gestão de empreendimentos de economia solidária

Bambá Project and its contribution to the visibility of quilombo women and the management of solidarity economy enterprises

PALAVRAS-CHAVE
EMPREENHIMENTOS
SOLIDÁRIOS;
QUILOMBOLAS;
GÊNERO.

RESUMO Este artigo é fruto da interação entre mulheres quilombolas, extensionistas e pesquisador (as) do Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). De acordo com a história, as mulheres estão mais vulneráveis ao desemprego e a funções informais e precárias, em que se evidencia o trabalho familiar e doméstico. Nesse contexto, o trabalho tem como objetivo descrever a importância do Projeto Bambá e sua contribuição para o empoderamento, visibilidade e geração de renda para mulheres quilombolas e a gestão de empreendimentos de economia solidária. O levantamento de informações ocorreu por meio de pesquisas bibliográficas, pesquisa nos bancos de dados e buscas nos sítios eletrônicos da entidade que desenvolveu o projeto. Enfatiza-se que o projeto ultrapassou a meta total de 529 atividades planejadas e finalizou com 656 atividades executadas e desenvolvidas, ou seja, 24% a mais do previsto. O Projeto Bambá, através da organização produtiva de mulheres quilombolas, promoveu, portanto, empoderamento, visibilidade e geração de renda.

KEYWORDS
SOLIDARITY
ENTERPRISES;
QUILOMBOLAS;
GENDER.

ABSTRACT This article is the result of the interaction between quilombola women, extension workers and researchers from the Professional Doctorate in Agroecology and Territorial Development at the Federal University of Vale do São Francisco (UNIVASF). According to history, women are more vulnerable to unemployment and informal and precarious roles, which include family and domestic work. In this context, the work aims to describe the importance of the Bambá Project and its contribution to empowerment, visibility, and income generation for quilombola women and the management of solidarity economy enterprises. The information was collected through bibliographic research, database research and searches on the websites of the entity that developed the project. It is emphasized that the project exceeded the total target of 529 planned activities and ended with 656 activities executed and developed, that is, 24% more than planned. The Bambá Project, through the productive organization of quilombola women, therefore provided empowerment, visibility, and income generation.

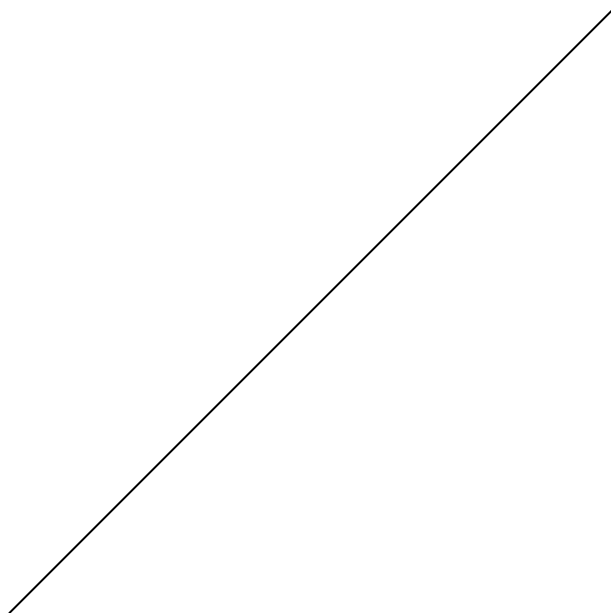
POLIANNA DOS SANTOS DE FARIAS *Mestre em Solos e Qualidade de Ecossistemas. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNIVASF. E-mail: poliannafarias@yahoo.com.br*

JÚLIO JOSÉ TORRES DOS SANTOS *Mestre em Sociologia. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNIVASF. E-mail: jjtorresadv@gmail.com*

VIVIANNI MARQUES LEITE DOS SANTOS *Doutora em Química. Docente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT, Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF – Juazeiro do Norte/BA – Brasil – vivianni.santos@univasf.edu.br*

LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA *Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Docente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNIVASF. E-mail: lucia.oliveira@univasf.edu.br*

SILVIA HELENA NOGUEIRA TURCO *Doutora em Zootecnia. Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: silvia.turco@univasf.edu.br*



INTRODUÇÃO O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro que prevaleceu pelo menos até 1985, durante a ditadura militar, adotou a lógica excludente de que a economia deveria crescer para que se fizesse, posteriormente, a distribuição das riquezas. Todavia o desenvolvimento não poderá ser compreendido apenas na dimensão restritiva e excludente da acumulação de riquezas, pois, como adverte Furtado (1984) mesmo nas condições favoráveis o regime capitalista não conduz necessariamente a consecução do desenvolvimento conjugado com uma democratização progressiva das bases do poder político. Assim, modelos de desenvolvimento devem levar em consideração o interesse das pessoas e se possível compreender nesta dinâmica a melhora da qualidade de vida da sociedade, pois, conforme definem Kageyama e Rehder (1993):

A noção de desenvolvimento de um país, inclui não apenas o crescimento econômico, traduzido em expansão dos setores produtivos – especialmente a indústria – o aumento da renda nacional e da renda per capita, mas abrange também, aspectos distributivos e outros relativos ao bem-estar (...) (KAGEYAMA; REHDER 1993, p.25).

Neste sentido, a noção de desenvolvimento econômico mudou na direção de que crescimento econômico deverá implicar na melhoria do padrão de vida e que isso será alcançado economicamente, de modo “sustentável, expresso como bem-estar material e refletido como aumento do fluxo de bens e serviços” (OKUM; RICHARDSON, 1965). Políticas desenvolvimentistas devem estar respaldadas nas necessidades dos indivíduos e devem fomentar a cooperação e a necessária integração com redes econômicas de modo a gerar emprego, rendas e trabalho para as pessoas. Schumpeter (1961), adverte que o desenvolvimento não se dá em decorrência de planejamento, mas da quebra de rotina, de uma mudança espontânea e descontínua, capaz de romper o equilíbrio, estabelecendo um “novo normal”, na vida das empresas, cuja força propulsora, independente do seu tamanho é o empreendedor.

Constantes crises econômicas, agravadas pela pandemia, impactaram os territórios em vários países, inclusive no Brasil, o que determinou reestruturações de sistema produtivos e nas empresas, resultando consequências para a economia, pois valorizou-se a concorrência e a competência empresarial. Por outro lado, visando a construção de um novo

modelo de economia com base na solidariedade, políticas públicas instituíram programas abrangendo as esferas do poder federal, estadual e municipal e ressaltaram e fomentaram a autogestão e a cooperação nas relações de trabalho.

No nosso país, a economia solidária (ES) expandiu-se nos dois últimos decênios do século XX, por causa da ampliação das taxas de desemprego. Essa definição refere-se a diferentes jeitos de produzir, comercializar e consumir que favorecem o trabalho relacionado à governança democrática, o apreço a natureza, a justiça social, a sustentabilidade e o compromisso com as futuras gerações (SINGER, 2003). Esta designação inclui diversas entidades que desenvolvem práticas econômicas cuja prioridade é a filantropia, cooperação e a gestão coletiva (GAIGER, LAVILLE, 2009).

A Associação Humana Povo para Povo Brasil (Humana Brasil), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada em maio de 2007, é uma das associações federadas ao Movimento Internacional Humana *People to People*. A instituição é uma rede de apoio presente em 45 países que pratica cooperação e solidariedade internacional, promovendo desenvolvimento social. Desde seu início, a Humana Brasil atua no estado da Bahia, contribuindo para o progresso das comunidades onde atua e para o fortalecimento da economia solidária, por meio de projetos como o Bambá: Força Feminina Quilombola (<http://www.humanabrasil.org/sobre-nos/>, 2019).

Este artigo é resultado da disciplina Autogestão e Empreendedorismo Social e Empresarial do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Além de uma das autoras em processo de doutoramento ter participado diretamente na execução do projeto de extensão, uma docente do curso de Tecnologia em Agroecologia e uma doutoranda do Programa de pós-Graduação em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), também participaram, realizando algumas oficinas. Essa interação possibilitada por este estudo, entre mulheres quilombolas, extensionistas e pesquisador (as) da UNIVASF, visa colaborar para promoção e fortalecimento da economia solidária.

Deste modo, o trabalho tem como objetivo descrever a importância do Projeto Bambá e sua contribuição para o empoderamento, visibilidade e geração de renda para mulheres quilombolas e a gestão de empreendimentos de economia solidária.

METODOLOGIA O estudo foi realizado, a partir do trabalho de extensão da Humana Brasil, através do Projeto Bambá, nos municípios de Cachoeira, São Félix e Maragogipe, no Território do Recôncavo, no estado da Bahia, em cinco comunidades localizadas na zona rural, denominadas: Calolé, Engenho da Cruz, Mutecho Acutinga, Terreno do Governo e Guarucu. Sendo atendidas 53 mulheres de diferentes faixas etárias (Tabela 1). Todas essas comunidades supramencionadas são remanescentes de quilombo, certificadas pela Fundação Cultural Palmares (Fundação Cultural Palmares – Governo Federal).

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIAS
Cachoeira	Calolé	11
Cachoeira	Engenho da Cruz	13
Cachoeira	Mutecho Acutinga	8
Maragogipe	Guaruçu	15
São Félix	Terreno do Governo	11
TOTAL	5	58

**TABELA 1 –
DETALHAMENTO DO
QUANTITATIVO DE
BENEFICIÁRIAS POR
COMUNIDADE / FONTE:
ELABORAÇÃO PRÓPRIA
(2020).**

O Território do Recôncavo é constituído por 19 municípios (Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara e Varzedo). A extensão desse território ocupa uma área de alcança 4.570 quilômetros quadrados (BAHIA, 2016). Uma característica marcante da região é o aglomerado de 32 comunidades remanescentes de quilombos (BAHIA, 2013).

O levantamento de informações ocorreu por meio de pesquisas bibliográficas, pesquisa nos bancos de dados e buscas nos sítios eletrônicos da entidade que desenvolveu o referido projeto. Em seguida, se acessou o sítio eletrônico oficial da instituição que o executou, bem como as redes sociais da referida entidade, com o propósito de buscar informações, fatos e dados importantes. Também foi feita a análise dos documentos produzidos com as ações e atividades desenvolvidas, com recorte no período de 2019 a 2020, bem como em atas, relatórios, sínteses, cartilhas, fotos e outros documentos. Fez-se uso de observação participante nas atividades do Projeto Bambá.

REFERENCIAL TEÓRICO

EMREENDEDORISMO SOCIAL

Schumpeter (1961), refere-se ao empreendedorismo como sendo o empresarial, corporativo, definido como um processo de identificação, desenvolvimento, captura e implementação de novas oportunidades de negócios, dentro de uma empresa existente. Todavia, o empreendimento econômico não poderá estar regido por uma visão estritamente capitalista com base apenas no lucro da empresa. O empreendedorismo social, por conseguinte, tem sentido mais amplo abrange a sociedade, envolvendo a comunidade que são setores que detém um papel fundamental de transformação e poder de impacto, incluindo também as questões ambientais (MELO NETO; FROES, 2002). Empresas existem para gerar mudanças na vida das pessoas, principalmente nas que habitam em comunidades mais vulneráveis.

A transformação da realidade de comunidades pobres, mediante a melhoria da qualidade de vida, nos aspectos da saúde, educação, alimentação, moradia, geração de trabalho e renda, lazer, recreação, cultura, dentre outras necessidades, são objetivos reais e serem alcançados.

É necessário criar estratégias para solucionar os problemas coletivos (ROBBINS, 2012) tais como parcerias e a consecução de meios de autosustentabilidade dos empreendimentos sociais. Não há como se desprezar nestas estratégias a realidade do mercado para resolver os problemas sociais das pessoas e identificar as novas oportunidades que ele oferece. Este é um processo que envolve pessoas que deverão ter a capacidade de aplicar seus conhecimentos e experiências profissionais a favor dos outros, visando inseri-los no mercado de consumo e atendendo outras necessidade e expectativas. Elas podem fazer isso criando oportunidades de emprego e renda e capacitando-os para a vida profissional, de maneira que possam atuar na vida social e na preservação do meio ambiente. Quem são estes empreendedores?

Empreendedores sociais são pessoas sonhadoras práticas que têm o talento, a habilidade e a visão para resolver os problemas, para mudar o mundo para melhor, operando em um livre mercado onde o sucesso é medido não apenas em lucros financeiros, mas também na melhoria da qualidade de vida das pessoas (SKOLL, 2013, p.5).

Esta habilidade empresarial pode ser apreendida e difundida através de capacitação técnica mediante a difusão e apoio às iniciativas valorizadoras do poder criativo dos sujeitos envolvidas em iniciativas que também objetivem alcançar o lucro, mas não tendo apenas este propósito. Segundo Oliveira et al, (2020, p. 138), dentre as características importantes para atuar em ações, identificadas como de empreendedorismo social, pode-se destacar:

- ➔ **Criatividade:** capacidade para buscar soluções diversas para problemas comuns, fora do que se estabelece como convencional.
- ➔ **Iniciativa:** sentir-se responsável pela transformação que a sociedade requer e iniciar o processo.
- ➔ **Pensamento Estratégico:** Perceber a importância de planejar com vistas ao objetivo que se pretende alcançar.
- ➔ **Autoconfiança:** Acreditar no seu potencial e demonstrar para o outro a viabilidade da proposta.
- ➔ **Otimismo:** Encarar o erro como possibilidade de aprendizado e não temer cometê-lo na busca pelo seu ideal.
- ➔ **Resiliência:** Adaptar-se às condições existentes, porém resistir quando elas não forem favoráveis.
- ➔ **Adaptação:** Ser flexível e mudar quando essa atitude for recomendável.
- ➔ **Manejo da Ansiedade e Riscos:** Capacidade de abandonar a sua zona de conforto para enfrentar desafios novos.
- ➔ **Desejo de Protagonismo:** Vontade de se destacar por querer mudar o mundo.

Os principais obstáculos ao se iniciar um empreendimento social começa com a necessidade de ser identificado o real problema a ser

enfrentado e qual é a ideia de solução do mesmo. Neste aspecto, fatores como a inexperience dos atores sociais dificulta a sua compreensão do mercado no qual haverá de ser inerido o empreendimento social, o capital financeiro e humano, necessário para a sua execução. A empreendedora e empreendedor social não poderá ser imediatista na obtenção de resultados, pois há de cumprir etapas como a elaboração de um plano de negócio que seja viável, exequível, sem pular etapas como a capacitação da população e dos atores empreendedores, bem como deve fazer a escolha de indicadores de avaliação o que reduzirá as dificuldades de gerenciamento.

O retorno financeiro e os consequentes impactos sociais do empreendimento ampliarão o acesso das pessoas marginalizadas pela sociedade às possibilidades de renda compartilhada e de autonomia financeira. Na economia, empreendimentos sociais estão enquadrados no chamado terceiro setor, por não serem mercantis no sentido de que não tem a finalidade lucrativa e por não distribuir lucros entre associados. O Terceiro Setor é composto também por fundações e/ou pessoas jurídicas motivadas por interesse social, objetivando a oferta de serviços públicos.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL Nos últimos decênios, ressurgiram iniciativas associativas de produção solidária com a promessa de autonomia social. A Economia Solidária (ES) é um conceito associado à ideia de solidariedade, em contraste com o egocentrismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado, fundamentadas nos princípios e valores do capitalismo. O termo foi demarcado na década de 1990 quando produtores, produtoras e consumidores desfavorecidos surgiram no mercado com diversas atividades econômicas organizadas conforme os princípios da gestão democrática, coletividade e autonomia quais sejam: cooperativas de produção (LAVILLE, 2009).

No nosso país, uma imagem mais positiva para a aprovação da variedade de agentes que compõem essas práticas começou a surgir desde a mudança política para a democracia, na segunda metade da década de 1980, quando a conjuntura política permitiu condições mais favoráveis para a cidadania participativa e o reconhecimento de diversas demandas sociais por parte do poder público. Com as grandes manifestações sociais que resultaram na promulgação e publicação da “Constituição Cidadã” em 1988, mobilizações coletivas contínuas levaram para o palco político sujeitos até então desprezados a um papel marginal ou ausente (SANTOS, 2002).

Alguns anos após, graças à redemocratização do Brasil, o ambiente econômico torna-se mais favorável ao surgimento da ES como movimento, muito embora esse tema não estivesse em pauta no período de elaboração da constituição de 1988. De qualquer forma, esse momento histórico deu origem a grupos e entidades empenhados em desenvolver experiências locais na organização e defesa de interesses comuns. Para superar a dispersão inicial, programas de apoio mais abrangentes estimularam a multiplicação de agências e instituições de fomento, dando início a uma convergência de visões e formas variadas de atuação. A ES paulatinamente passou a denotar um conjunto de práticas econômicas referenciadas nos princípios da cooperação e do autogoverno, um movimento social comprometido com a transformação social e, por fim, um setor constitutivo da atividade pública (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

No debate sobre o tema, teorias relacionam o conceito de ES com uma nova maneira de produção não capitalista, como a de Singer (2000) e Verano (2001). Por outro lado, Coraggio (2000) enxerga na ES a oportunidade de produzir ou fortalecer diversos casos de mediação e representação, como organizações de fomentos, sindicatos associativos, redes de intercâmbio e federações de cooperativas. Se criarem colaborações produtivas e forem apoiados e afirmados pelas alavancas de articulação da economia atual, serão empoderados para formar uma economia do trabalho voltada para a reprodução ampliada da vida, dando-lhes sentido e possibilidade de libertação.

Segundo Veronese; Gaiger; Ferrarini (2017), vários estudos mostram que os empreendimentos de economia solidária (EES) estão associados a uma alternativa de organização produtiva, política e social. Estes visam criar espaços delimitados pela solidariedade para aquelas pessoas que não se consideram envolvidas no plano da sociedade comercial. Em outra pesquisa de Geiger (2007), o autor mostra que vários ES são guiados por diferentes lógicas do capitalismo. Ademais, estudos têm mostrado que iniciativas como essas formam comunidades com base nos princípios da emancipação social.

No que se refere a possibilidades, no decorrer das tensões e controvérsias enfrentadas pelos sujeitos, tanto em relação às formas econômicas especificamente capitalistas, quanto às lógicas institucionais opostas impostas por questões de poder (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2014), é possível dizer que a ES tem uma história plural gerando forças para o futuro, que por sua vez, não têm um rumo correto ou significados pré-determinados, estando em processo de construção e sem a garantia de sucesso imediato, senão mediante as lutas dos seus diversos sujeitos (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

Sumariando a legislação brasileira relacionada à ES temos a Lei nº. 9.867/1999, que regulamenta a constituição e o funcionamento de cooperativas sociais (BRASIL, 1999); A Secretaria de Economia Solidária (SENAES), instituída em 2003, foi rebaixada a Subsecretaria no domínio do então Ministério do Trabalho Emprego (MTE) em 2016, no ano de 2019 deixou de existir juntamente com o MTE e foi convertida em departamento do Ministério da Cidadania, de acordo com a MP 870/2019 (WEBERLING; SANTOS, 2022). Atualmente, as ações relacionadas a economia solidária estão associadas à Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva (SEISP), dentro do Ministério da Cidadania.

A implementação e consolidação da política pública de ES no estado da Bahia ocorreu quando a assembleia legislativa aprovou e o então governador interino Otto Alencar sancionou a Lei Estadual 12.368/2011, que prevê a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária e do CEES (BAHIA, 2011). Essa lei define o conceito de EES e aspectos pertinentes à sua forma organizacional, além de definir objetivos políticos gerais, programas, atividades, diretrizes, ferramentas e mecanismos.

A política econômica solidária é definida no quadro normativo estadual como uma “estratégia de desenvolvimento sustentável, democrático, inclusivo e socialmente justo”, que abre vastas possibilidades às organizações competentes. A lei também estipulou que a ordem pública deve ser “promovida por meio de programas, projetos, parcerias com o setor privado e organizações da sociedade civil, contratos e outras formas legalmente aprovadas” (BAHIA, 2011).

IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O EMPODERAMENTO DE MULHERES

De acordo com a história, as mulheres são mais vulneráveis ao desemprego e as ocupações suscetíveis e informais onde o trabalho familiar e doméstico se destacam, enquanto os homens desempenham um papel dominante no serviço de produção e na política. As atividades produtivas da mulher ainda são visualizadas mais como auxílio do que como parte concreta da renda da família, mesmo que ela seja a única fonte econômica familiar (AZEVEDO et al, 2008).

Em trabalhos remunerados têm aumentado a participação das mulheres, sobretudo nas últimas três décadas. Essa modificação acontece em decorrência de diversas mudanças sociais, econômicas e culturais. No entanto, essa relação ainda é caracterizada pela disparidade. As mulheres empregadas permanecem ganhando aquém dos homens em cargos semelhantes, ocupam poucos cargos de lideranças e estão concentradas em ocupações femininas (ARAÚJO e SCALON, 2005). Dentro de entidades de economia solidária que pretendem produzir e comercializar bens e/ou serviços comunitariamente, provavelmente com base na cooperação e na solidariedade, as mulheres que participam dessas iniciativas são capazes de reduzir parte dessas disparidades (HERK, 2011).

A inclusão de mulheres nos empreendimentos de economia solidária pode configurar oportunidades para alcançar a equidade de gênero. Essas vivências constituem os espaços entre a vida pública e privada e ajudam a quebrar algumas das adversidades determinadas às mulheres. As ações permitem a concretização do direito à proximidade, importante para combater a multidimensionalidade da pobreza (GUÉRIN, 2005).

A iniciativa auto gestonária é descrita por Albuquerque (2003) como um conjunto de ações sociais caracterizadas pela tomada de decisão democrática, que garante a autonomia coletiva. É um exercício conjunto que cristaliza as relações sociais mais horizontais de cooperação. Essa vivência tem uma especificidade multidimensional que inclui perspectivas econômicas, sociais e técnicas, levando ao entendimento como uma forma diferenciada de gestão. Nesse sentido, a perspectiva da prática coletiva não encontra um caminho linear, pois a ocupação do espaço coletivo ocorre de múltiplas formas.

As mulheres são capazes de experimentar espaços de convivência mais democráticos e inúmeras delas veem esses ambientes como essenciais para suas conquistas, quando praticam diariamente a participação. Trabalhar no ES é distinto do trabalho em uma instituição tradicional. Participar de grupos dá a sensação de pertencer a uma atividade mais independente e produtiva. Isso significa estar em um projeto em elaboração com potencial de expansão (COSTA; NEVES, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÕES No ano de 2019, a Humana Brasil iniciou o seu segundo projeto de fortalecimento da Economia Solidária no território do Recôncavo Baiano, buscando promover o empoderamento e visibilidade de mulheres quilombolas, denominado de Projeto Bambá: Força Feminina Quilombola, em parceria com a Humana Itália e o Banco *San Paolo*. O referido projeto formou, estruturou e apoiou Empreendimentos de Economia Solidária (EES) através da organização produtiva de mulheres quilombolas. A atuação ocorreu em comunidades em processo histórico de luta e sofrimento, carentes de recursos para melhorar as condições locais de seu desenvolvimento, principalmente

de mulheres que têm maior dificuldade de acesso ao trabalho por conta de variadas questões sociais.

O Projeto Bambá teve como premissas 4 metas principais, a serem atingidas:

- ➔ **M1.** Melhoria da segurança alimentar e acesso aos mercados para mulheres quilombolas;
- ➔ **M2.** Melhoria da geração de renda através da organização e treinamento das mulheres quilombolas;
- ➔ **M3.** Novas atividades e oportunidades econômicas introduzidas nas comunidades quilombolas;
- ➔ **M4.** Aumento de sinergias / ligações entre comunidades e oportunidades de mercado.

Dentro da M1 eram previstas atividades de agricultura sustentável e saúde e nutrição e para alcançar a meta foram realizadas atividades de amostragem do solo, compostagem, adubação orgânica, defensivos alternativos, minhocultura, sementes crioulas, horta em vasos (Figura 1), adubação verde, rotação de cultura, irrigação de baixo custo, bem como foram distribuídas sementes e implantadas hortas em duas comunidades. Ainda na M1, foram ofertadas oficinas sobre segurança e soberania alimentar e nutricional, destinação de resíduos domésticos, uso de solução de hipoclorito de sódio para higienização contra o Covid-19, plantas alimentícias não convencionais (PANCs), plantas medicinais, com distribuição de mudas de erva-cidreira (*Melissa officinalis*) e também foram realizados mutirões de saúde com serviços de: aferição de pressão arterial, medição de glicemia capilar, peso, altura, índice de massa corporal, índice de gordura, bem como orientações quanto à adoção de novos hábitos de vida saudáveis e doação de álcool em gel.

Para a M2 as atividades foram reuniões preparatórias com as comunidades; reuniões com mulheres beneficiárias e com empreendimentos de economia solidária existentes; acordos de participação das mulheres beneficiárias nos EES, se comprometendo em participar de maneira assídua das atividades e afirmando ter conhecimento das ações do projeto; pesquisa básica sobre as atividades produtivas das mulheres beneficiárias e mercado, para isso foram feitas análises em cada comunidade para identificar as atividades produtivas, levando em consideração o saber-fazer dessas mulheres, as matérias primas locais e o potencial de produção de cada comunidade, as habilidades das beneficiárias, bem como o mercado que vendem.

Ainda na M2, foi realizada conferência do Projeto no município de Cachoeira, para encontro entre mulheres beneficiárias, autoridades locais, parceiros e outras partes interessadas; formação das mulheres beneficiárias em competências básicas (bases de leitura, escrita, matemática financeira); treinamento para mulheres no desenvolvimento de um plano de negócios; reunião quinzenalmente com os EES, estas reuniões permitiram um aprofundamento no potencial de cada empreendimento de acordo com a sua cadeia produtiva; treinamento e acompanhamento das mulheres sobre a melhoria e aumento da produção; treinamento para mulheres sobre a venda e comercialização de produtos; visitas de



FIGURA 1 – HORTA EM VASOS / FONTE: ACERVO DAS (OS) AUTORAS (ES), 2020.

intercâmbio e troca de experiências entre mulheres EES, bem como um encontro de fim de ano e o seminário de encerramento que devido a pandemia foi realizado com cada EES de forma individual e também com número reduzido de participantes.

Já na M3, as atividades foram para fornecimento de equipamentos para EES para melhoria da atividade agrícola e conservação dos produtos; treinamento e assessoramento das mulheres sobre a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento necessário para acessar programas governamentais; ainda contou com o lançamento de um fundo não reembolsável para financiamento dos EES, depois da aprovação dos planos de negócios.

Por outro lado, a identificação dos mercados locais para comercialização dos produtos; apoio aos EES para participação de Rede de Comercialização; formação de mulheres sobre o uso de rótulos e embalagens, bem como elaboração e impressão de logomarcas e rótulos e aquisição de embalagens garantindo melhoria e qualidade aos produtos, conforme figura 2; capacitações sobre a importância de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para o fortalecimento dos empreendimentos, bem como das agricultoras; capacitação os EES para elaboração de propostas para acesso a editais, foram as atividades desenvolvidas na M4.

Ressalta-se que o projeto ultrapassou a meta total de 529 atividades planejadas e finalizou com 656 atividades executadas e desenvolvidas, ou seja, 24% a mais do previsto. Isto efetivamente contribuiu para o desenvolvimento e fortalecimento dos empreendimentos. O Bambá, com as capacitações e estruturação dos ESS, abriu portas para comercialização de seus produtos nos mercados locais, territoriais e estadual, através de participações em feiras, supermercados, lojas da agricultura familiar, encomendas e através de divulgações nas redes sociais da Humana Brasil. Os empreendimentos produziram e comercializaram beiju, farinha, tapioca, bolo de aipim, aipim embalado, pizza de aipim, biscoito de goma, aipim chips, cocada, olerícolas, azeite de dendê, bala de jenipapo, tiriinha de jenipapo, tempero pronto, broa de milho e banana chips.

Discorrer sobre a mulher quilombola e da sua função na sociedade não se restringe a reconhecer a luta das mulheres negras de forma genérica, mas de seu empoderamento que passa por históricas referências, quanto a luta e a resistência em ambientes de invisibilidade, disparidade e opressão (DEUS, 2011). As quilombolas, são mulheres que estão entre os grupos mais suscetíveis da comunidade brasileira, e seus direitos humanos mais básicos, como o direito à alimentação e a uma vida digna, são constantemente violados. As mulheres quilombolas costumam sofrer muitas formas de violência e dupla discriminação por serem negras e mulheres (SOUZA; ARAÚJO, 2014). Nesse sentido, as identidades se sobrepõem, se cruzam e se acumulam (DEUS, 2011). Com a contribuição do Projeto Bambá, essas mulheres tiveram uma nova compreensão da importância do trabalho coletivo para aumentar a renda, melhorar a qualidade de vida e, ainda, enfrentar as mazelas raciais e sociais.

Durante muito tempo, as mulheres sofreram vários tipos de opressão. A questão da dependência financeira foi uma das mais fortes e é a que vem causando desaparecimento da identidade da mulher, que por não ter autonomia econômica e política acaba por aceitar condições que



FIGURA 2 – RÓTULOS E EMBALAGENS DOS EES APOIADOS PELO PROJETO BAMBÁ / FONTE: ACERVO DAS (OS) AUTORAS (ES), 2020.



a sociedade e, muitas vezes a própria família oferece: tomar conta da casa, das (os) filhas (os) do esposo e realizar trabalho que não é devidamente valorizado. Como alternativa de reconquistar seus direitos e sua cidadania e garantir seu empoderamento é que as mulheres que participaram do Projeto Bambá vêm se organizando junto aos EES. Uma das formas de garantir a sustentabilidade desses grupos é o acesso a espaços de mercado justo e solidário com a participação nas feiras territoriais, estaduais e municipais, como também, na venda direta para a consumidora e o consumidor. É desta forma que estas mulheres vêm adquirindo experiência e renda na comercialização da sua produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS No contexto de constantes crises econômicas, agravadas pela pandemia, foram impactados territórios em vários países, inclusive no Brasil, ensejando reestruturações de sistema produtivos e nas empresas, o que resultou em consequências para a economia e valorizou-se a concorrência e a competência empresarial. Por outro lado, visando a construção de um novo modelo de economia com base na solidariedade, políticas públicas instituíram-se programas abrangendo as esferas do poder federal, estadual e municipal e ressaltaram e fomentaram a autogestão e a cooperação nas relações de trabalho, contribuindo para a construção das bases de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A economia solidária aparece para muitas mulheres como possibilidade de trabalho e renda. Nessa economia alternativa, ainda de que forma instável, pois na maioria das vezes não a obtiveram como fruto de organização, há as que conseguem estabilidade financeira, o que garante a independência total para as que dispõem das suas forças de trabalho nas formas associativas e/ou informal. As mulheres quilombolas, através do Projeto Bambá, alcançaram visibilidade por meio do saber-fazer.

Vê-se com esperança que a economia solidária e as mulheres quilombolas são formas de resistência aos sistemas econômicos hegemônicos. Constata-se, finalmente que a conexão e interação entre elas viabiliza modificações sociais que evolui para a construção da sociedade brasileira de forma justa e inclusiva, regida pelos princípios de maior equidade, solidariedade e descolonização.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATANNI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ANJOS, E. Para onde caminham as cooperativas de trabalho da Economia Solidária? Uma análise baseada nos Mapeamentos dos Empreendimentos Solidários. **Otra Economía**, 10(18): 112-124, enero-junio 2016, Unisinos – doi: 10.4013/otra.2016.1018.10 (2016).

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AZEVEDO, S. R. S. et al. Mulheres na construção de ações empreendedoras na zona rural de João Pessoa desenvolvida na Região do Baixo Gramame, João Pessoa, Paraíba. In: FAZENDO GÊNERO: CORPO,

VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis, 2008.

BAHIA, 2016. **Perfil dos Territórios de Identidade**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. – Salvador: SEI, 2016. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 2). Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/perfil_dos_territorios/territorio_identidade_vol02.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

BAHIA. **Lei nº 12.368**, de 13 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária. Diário Oficial do Estado, Salvador, 14 dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3lj2hUT>. Acesso em: 6 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 9.867**, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais. Código Civil Brasileiro. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9867.htm. Acesso em: 06 jan. 2023.

CORAGGIO, J. L. La relevancia del desarrollo regional en un mundo globalizado. *Revista de Ciências Sociais* – Unisinos. São Leopoldo, v. 37, n. 159, p. 235–258, 2001.

COSTA, B. A. L.; NEVES, M. A. Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária. In: **Encontro Internacional de Economia Solidária**, 5., 2007. “O Discurso e a Prática da Economia Solidária”. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Organiza%C3%A7%C3%A3o/ORG-15.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2023.

DEUS, L. M. S. Mulheres negras e empoderamento. In: JUNIOR, José Geraldo de Sousa; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da (Orgs.). **Introdução Crítica ao Direito das Mulheres**. Série O Direito Achado na Rua, vol. 5. Brasília: CEAD, FUB, 350 p, 2011.

FRANÇA FILHO, G. C.; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. *O & S*, Salvador, v. 6, n. 14, p. 141–183, 2014.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil, *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, v 79, p. 57–77, 2007.

GAIGER, L. I.; LAVILLE, J. L. Empreendimento econômico solidário. In: CATTANI, A. D. et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo. Almedina, p.181–187, 2009.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HERK, A. C. V. **Gênero e economia solidária: um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações do Terceiro Setor**. 2011. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

HUMANA BRASIL. © 2019. Disponível em: <http://www.humanabrasil.org/sobre-nos/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

KAGEYAMA, A.; REHDER, P. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 31, n. 1, p, 23–44, jan/mar. 1993.

LAVILLE, E. **A empresa verde**. 1. ed. São Paulo: OTE, 2009.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

OKUM, B; RICHARDSON, R. W. **Studies in economic development**. Londres: Holt Rinehart and Winston, 1965.

OLIVEIRA, L. M. S. R.; OLIVEIRA, L. S.; SILVA, B. C.; AQUINO H. P. Empreendedorismo Social no Brasil. *REVASF*, Petrolina-PE – Brasil, vol. 10, n.22, p. 132-148, setembro/outubro/novembro/dezembro, 2020.

ROBBINS, L. **Um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver**. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 518 p. 2002.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editado por George Allen e Unwin Ltd.. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1961.

SINGER, P. **É Possível Levar o Desenvolvimento a Comunidades Pobres?** Texto para Discussão. Brasília: SNES – SECRETARIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Ministério do Trabalho e Emprego. 6 p. 2004.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André. (Orgs.) **A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 127 p. 2002.

SINGER, Paulo. **Economia Solidária**. São Paulo: pioneira, 2003.

SKOLL, J. P. **Social entrepreneurship: new models of sustainable social change**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SOUZA, P. B., & ARAÚJO, K. A. A mulher quilombola: da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas (p. 163-182). In J. T. Esteves, J. L. A. Barbosa & P. R. L. Falcão. **Direitos, gênero e movimentos sociais II**. Florianópolis, SC: Conpedi. 2014.

VERANO, L. **Economia solidária, uma alternativa ao neoliberalismo**. Santa Maria: Cisma Edições, 2001.

VERONESE, M. V.; GAIGER, L.I.; FERRARINI, A. V. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. **Cadernos do CRH**, Salvador, vol.30, n.79, p.89-104, jan-abril, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3476/347651659006.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2023.

WEBERING, S. I.; SANTOS, M. A. dos. Voltando a Campo Quinze Anos Depois do Primeiro Mapeamento de Economia Solidária na Baixada Fluminense. **Mercado de Trabalho** (RIO DE JANEIRO. 1996), v. 1, p. 131-143, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11657>. Acesso em: 08 jan. 2023.